**Governo de Artur Bernardes**

**Artur da Silva Bernardes** começou a vida pública alistando-se em 1897 ao Batalhão Patriótico Bias Fortes para combater os rebelados do povoado de Canudos. Nesse período cursava a Faculdade de Direito e já havia atuado como jornalista. A motivação de Artur Bernardes em combater os camponeses de Canudos estava na defesa do regime republicano, pois se atribuía equivocadamente aos rebelados o caráter de restauradores monarquistas. Em 1900, Artur Bernardes graduou-se em Ciências Sociais e Jurídicas e começou a advogar na cidade de Viçosa, de onde era natural. O pai de Artur Bernardes, Antônio Bernardes, era promotor de justiça da cidade e o sogro dele, Carlos Vaz de Melo, era chefe político da região. Em novembro de 1904, Artur Bernardes tornou-se vereador de Viçosa. Com a morte de Carlos Vaz de Melo, Artur Bernardes obteve a chefia política do município de Viçosa.

Após tornar-se liderança política no município de origem, Artur Bernardes ascendeu na atividade política do Estado de Minas Gerais. Foi primeiro-secretário da Câmara Estadual entre 1907 e 1909. Em 1909, foi eleito deputado federal. Em 1910, tornou-se secretário de Finanças do governo estadual de Júlio Brandão. Entre 1915 e 1918 foi novamente deputado federal. E entre os anos de 1918 e 1922 exerceu a presidência do Estado de Minas Gerais, na época o mais populoso do país e com uma das oligarquias mais influentes. A atuação política em Minas Gerais lhe credenciava para a candidatura à presidência da República, pois a oligarquia mineira era uma das mais influentes do país.



A candidatura de Artur Bernardes à presidência da nação não foi bem recebida pelos militares devido ao episódio que ficou conhecido como “cartas falsas”. Em 9 de outubro de 1921, o jornal Correio da Manhã publicou cartas com críticas ao ex-presidente da República marechal Hermes e ao Exército brasileiro e atribuiu-as a Artur Bernardes. Mesmo confirmada a falsidade das cartas, essa publicação desencadeou as revoltas militares de 1922 com a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em 1° de maio.

Dentre as revoltas de 1922, destacou-se a “Revolta dos 18 do Forte” ocorrida em 5 de julho. Dezesseis militares marcharam na praia de Copacabana após o motim no Forte, a eles se aglutinaram dois civis. As forças legalistas atacaram o grupo e apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes sobreviveram. Os dissídios gerados pela eleição de Artur Bernardes não foram suficientes para impedir a posse da presidência em 15 de novembro de 1922, no decorrer do estado de sítio.

Na presidência da República, Artur Bernardes debelou conflitos de sucessões presidenciais nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia. Dessas sucessões de governos de Estados, o processo no Rio Grande do Sul foi o mais turbulento. Em 1923, ambos os candidatos ao governo gaúcho, Borges de Medeiros e Assis Brasil, declararam-se vitoriosos no pleito eleitoral, suscitando uma guerra civil. Para solucionar o dissídio no governo do Rio Grande do Sul foi declarada inconstitucional a reeleição e Borges de Medeiros reconhecido presidente do Estado. As fraudes eleitorais eram constantes durante a Primeira República, e a interferência do governo federal nos pleitos estaduais não modificava esse caráter arbitrário das eleições. Assim, a mediação federal privilegiava os candidatos bernardistas em detrimento dos oposicionistas.

O crescimento do movimento operário e a emergência do movimento tenentista eram considerados ameaças ao regime vigente, tornando a instalação do estado de sítio constante durante o mandato presidencial de Artur Bernardes. O movimento tenentista foi iniciado pelas revoltas militares de 1922 e desenvolveu-se ao longo dos anos 1920. Em 1924, eclodiram revoltas tenentistas em São Paulo (5 de julho), Mato Grosso (12 de julho), Sergipe (13 de julho), Amazonas (23 de julho), Pará (26 de julho) e Rio Grande do Sul (29 de outubro). Algumas das principais reivindicações do movimento eram: o voto secreto, a liberdade de imprensa, a independência do Judiciário, a ampliação do poder do Estado, e a dissolução da predominância política das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo. A deposição de Artur Bernardes também foi cogitada pelo movimento, porém não foi possível porque os levantes tenentistas de 1924 foram derrotados devido à superioridade numérica das forças legalistas.

Em abril de 1925, o tenentismo reorganizou-se formando a Coluna Paulista, liderada pelo major Miguel Costa, e a Coluna Gaúcha, liderada pelo capitão Luís Carlos Prestes. A aliança entre essas duas frentes formou a Coluna Prestes-Miguel Costa que percorreu cerca de vinte e cinco mil quilômetros no território nacional, e contou com o contingente máximo de aproximadamente mil militares. A marcha dessa Coluna durou até fevereiro de 1927 e foi um óbice às oligarquias dominantes.

Para a sucessão presidencial de Artur Bernardes, o líder da Câmara dos Deputados, Antonio Carlos Andrada, e o então presidente de São Paulo, Carlos Campos, indicaram o nome de Washington Luís. Não houve concorrência à chapa formada por Washington Luís e Melo Viana. E, em 15 de novembro de 1926, Washington Luís assumiu a presidência da República.